



MINISTÉRIO DO TURISMO
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS E PREGOEIROS

Esplanada dos Ministérios, Bloco, 2º/3º andar, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: - www.turismo.gov.br

RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Processo nº 72031.004154/2020-76

Pregão Eletrônico nº 10/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Secretariado-Executivo, Secretariado-Executivo Bilíngue e Técnico(a) em Secretariado a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 1) e Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Assistente Administrativo, Recepcionista, Almoxarife e Contínuo, a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 2), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Trata-se de reposta aos pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2020.

Considerando os esclarecimentos que tratam das condições editalícias dispostas no Termo de Referência, a Pregoeira submeteu o assunto à área técnica demandante para análise e manifestação da área técnica responsável pela realização dos estudos e definição da forma de contratação.

Conforme previsto no § 2º do art. 23 do Decreto nº 10.024, de 2019, as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

São apresentados os seguintes questionamentos seguidos das respectivas respostas:

1. Deverá ser previsto em planilha obrigatoriamente o valor referente ao Plano de Saúde e Auxílio Odontológico, a licitante que não prever será desclassificada?

Resposta: A Administração, durante o curso de planejamento da licitação, tomou conhecimento do PARECER Nº 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU que, em suma, conclui pela ilegalidade acerca da estipulação em Convenção Coletiva de Trabalho do custeio de Plano de Saúde com oneração exclusiva da Administração Pública tomadora do serviço, e beneficiando apenas à categoria de empregados terceirizados desta. O referido Parecer foi objeto de reanálise pela Câmara Permanente Licitações e Contratos Administrativos da Advocacia-Geral da União que exarou o Parecer n. 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, ratificando o entendimento anterior, conforme pode ser constatado nos trechos abaixo transcritos:

[...]

"Na espécie, além de se tratar de um custo reputado ilegal, não sendo o benefício do plano de saúde obrigatório e indispensável à contratação dos empregados, nos termos da própria CCT, não se mostra possível à Administração, consequentemente, contemplá-lo na composição dos custos mínimos obrigatórios da planilha estimativa da licitação. Também não é dado aos licitantes, pelos mesmos fundamentos, cotá-los em suas planilhas e propostas de preços, nem à Administração aceitar tais propostas."

Contudo, caso tais benefícios sejam estendidos a todos os contratos, e não somente aos contratos com a administração pública, os mesmo serão deferidos na proposta.

Caso contrário e baseada nos pareceres acima apresentados, a autoridade deste Órgão condicionará a adjudicação do objeto licitado à retirada do aludido item.

Extensivo por analogia aos demais benefícios semelhantes. Contudo, caso tais benefícios sejam estendidos a todos os contratos, e não somente aos contratos com a administração pública, os mesmo serão deferidos na proposta.

2. Somente os postos de Recepção deverão ser previstos uniformes?

Resposta: Sim, conforme previsão editalícia em conjunto com seus anexos, a Contratada fornecerá apenas uniformes para o posto de recepcionista, não necessitando disponibilizar para os demais, tampouco fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

3. Qual a empresa que presta os serviços atualmente?

Resposta: Atualmente, o Ministério do Turismo celebrou com a empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ/MF sob o nº 06.350.074/0001-34, a prestação de *"serviço de secretariado para atender as necessidades das unidades do Ministério do Turismo, de forma continuada, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos"*. Para os serviços agrupados no lote 02 do presente edital, esta Pasta Ministerial firmou com a empresa VISÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.708.458/0001-62 a *"prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de recepcionistas, Office Boy/Contínuo e encarregado geral conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos"*. Para os demais itens não há empresa contratada.

4. Deverá ser previsto em planilha obrigatoriamente o valor referente Relógio de Ponto?

Resposta: Não, com base na Planilha de Custos não há necessidade de tais cotações.

Marina Bittencourt de Oliveira Angarten

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Marina Bittencourt de Oliveira Angarten, Pregoeiro(a)**, em 09/07/2020, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0559394** e o código CRC **3AB7420D**.